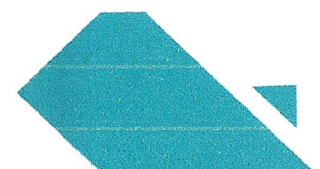




ps-46

R

TERMO DE REFERÊNCIA





TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

Agência de Fiscalização De Fortaleza – AGEFIS.

2. DO OBJETO:

Aquisição de saneantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
01	Álcool 70% líquido 1L	FRASCO	200
02	Água sanitária 1L	FRASCO	1.200

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:

Trata-se de bem comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/20.

4. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação direta ora solicitada trata-se de hipótese autônoma e diversa da prevista na Lei 8.666/93. Tem seu fundamento no artigo 4º e seguintes da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06.02.2020, alterada pela MP nº 926/2020 e no Parecer Referencial nº 01/2020 - PA, exarado pela Procuradoria Geral do Município de Fortaleza – PGM.

5. DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO APRESENTADA:

A proteção dos espaços em que transitarão os agentes públicos se faz necessário, por recomendação das autoridades de saúde e especialmente em virtude da peculiar atividade desenvolvida por essa agência. Por realizar atividades de fiscalização que importam em idas e vindas ao campo, atuando na manutenção da suspensão de feiras livres e do fechamento de atividades econômicas não essenciais, assim como, atuando na defesa do consumidor, para evitar preços abusivos e garantir o acesso a produtos de primeira necessidade a todos os cidadãos entre outras atividades que ajudam a manter a harmonia da convivência social em tempos de tamanhas restrições, estes agentes têm contato com diferentes pessoas e ambientes e retornam à sede desta Agência, a desinfecção dos espaços a cada entrada e saída desses profissionais, e dos objetos tocados por eles, com uso do álcool nas superfícies e nas mãos diminui as chances de contágio e a proliferação do COVID-19.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A regularidade do procedimento de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos com base na Lei Federal nº 13.979/2020 exige o atendimento por parte dos órgãos e entidades



da Administração Pública de requisitos específicos e excepcionais como a necessidade de pertinência ou vinculação do objeto da contratação com o atendimento da emergência.

Esse requisito ora é atendido pois os materiais saneantes, que solicitamos nessa aquisição, serão utilizados para completar as ações implementadas por essa instituição na proteção dos seus agentes contra o COVID-19, garantindo a desinfecção correta dos ambientes físicos da Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS e dos objetos de contato coletivo, diminuindo assim o risco de contágio do patógeno.

Em razão da atual pandemia do COVID-19 e o reconhecimento, pelo nosso país, do estado de emergência, se justifica a presente contratação por dispensa de licitação decorrentes da Lei 13.979/2020. A referida lei exige que o objeto de contratação seja para os fins de combate ao COVID-19 e que tal aquisição se dê durante a pandemia. A contratação nessas condições, conforme previsto no art. 4º-B, tem presumido o atendimento aos seguintes requisitos, dispensando a necessidade de comprovação: 1) ocorrência de situação de emergência; 2) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; 3) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e 4) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A pretendida aquisição de material saneante se justifica pela necessidade de desinfecção dos espaços comuns da sede da Agência de Fiscalização de Fortaleza a fim de evitar o contágio e a disseminação do COVID-19, protegendo os agentes que estão atuando no campo, mas que passam pela sede desta agência e aqueles que darão suporte para o trabalho de fiscalização, internamente, oportunizando um ambiente salubre para o desenvolvimento de suas funções institucionais, com a garantia da segurança necessária aos seus agentes.

8. ESTIMATIVAS DOS PREÇOS OBTIDOS:

FLYFAST TECNOLOGIA		ANA CLÁUDIA HONORATO DE ANDRADE – ME		TECNOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	
Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
R\$ 14,20	R\$2.840,00	R\$13,50	R\$2.700,00	R\$10,00	R\$2.000,00
R\$ 2,90	R\$3.480,00	R\$2,50	R\$3.000,00	R\$1,98	R\$2.376,00
	R\$ 6.320,00		R\$ 5.700,00		R\$4.376,00

9. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO:

9.1. Quanto à entrega:

9.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, na sede da agência de fiscalização de fortaleza – AGEFIS localizada à Rua Francisco José Albuquerque Pereira, nº 1020, no bairro Cajazeiras, em Fortaleza - CE.

9.1.2. O atraso ocasionado por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados, antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. Quanto aos prazos para entrega:



ps. 4
P

9.2.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da respectiva nota de empenho e ordem de fornecimento pelo fornecedor, se for o caso, que poderá ser confirmada por Email, ou por Telefone/Fax.

9.3. Quanto ao recebimento:

9.3.1. O recebimento dos produtos será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00h. E de 13:00 às 17:00h.

9.3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de referência, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

9.3.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 O custo total estimado da contratação corresponde a R\$ 4.376,00 (quatro mil e trezentos e setenta e seis reais).

8.2 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária 04.122.0001.2016.0003, elemento de despesa 33.90.30, fonte 1.090.0000.00.00, do orçamento da AGEFIS.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

11.1 O pagamento advindo do objeto da Compra Direta será proveniente dos recursos da Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS, e efetuado após a liquidação da despesa (art. 62 e segs. da Lei nº 4.320/64), com a emissão de empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação e da prova da manutenção das condições de habilitação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco do Brasil.

11.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3 A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

11.5 Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes: documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.



11.6. Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

11.7 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

11.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.8.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, com as especificações constantes nas propostas, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

12.1.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

12.1.4. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

12.1.5. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.1.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

12.1.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.



- 13.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.
- 13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido do art. 4º-I da Lei Federal nº13.979/2020, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato, tomando-se por base o valor contratual atualizado.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 13.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 13.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 13.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pela AGEFIS, contado da sua notificação.
- 13.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 13.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 13.10. Entregar o produto, obedecendo às exigências contidas nas especificações deste Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 14.1. O contratado que praticar ato ilícito estará sujeito, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 13.735/2016:
- I. Advertência, que consista em comunicação formal ao infrator, decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração;
- II. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:
- a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- c) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:



- c.1) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal no 8.666/93;
- c.2) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c.3) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- c.4) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- c.5) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- c.6) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- c.7) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- e) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- f) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos a Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.
- f.1) Entende-se por ato ilícito qualquer conduta comissiva ou omissiva que infrinja dispositivos legais ou regras constantes de regulamentos ou de qualquer outro ato normativo, inclusive aquelas constantes dos atos convocatórios de licitação, da ata de registro de preços, do contrato ou instrumento que o substitua.
- f.2) A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste item, cumulando-se os respectivos valores.
- f.3) O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação
- f.4) No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata a alínea “d” deste item será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.
- f.5) A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.
- f.6) Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o licitante será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial. Decorrido o prazo, a CLFOR encaminhará a multa para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Fortaleza e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 14.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:
- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;
- III. a vantagem auferida em virtude da infração;
- IV. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;



V. os antecedentes da licitante ou contratada.

14.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.3.1 Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. MEDIDAS ACAUTELADORAS

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a AGEFIS poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

17.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, e por fiscal, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

15.1. O contrato terá vigência pelo período de 6 meses, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Fortaleza, 29 de abril de 2020.


Júlio Fernandes Santos
Superintendente


Mariana Lima Castelo Branco Verçosa
Diretora Administrativo Financeira

